

*Artigo

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Uma prática recorrente em mães que estão em trabalho de parto, a violência obstétrica é pouco conhecida como a agressão que realmente é, que por vezes deixam suas vitimas gravemente traumatizadas.

Comum no Sistema Único de Saúde (SUS), são uma série de agressões que os profissionais da saúde (entre outros) cometem naquele momento de fragilidade, podendo ser verbais, recusa de atendimento, privação de acompanhante, lavagem intestinal, raspagem dos pelos, jejum e separação de mãe e bebê saudável após o nascimento estão entre os itens da gigante lista de violências obstétricas.

São variados, podendo ser físicos ou não, que acontece no trabalho de parto, durante e no pós parto, uma abordagem que não são preconizados pelos princípios da humanização e da medicina baseada em evidências.

Infelizmente, 25% das mulheres que tiveram filhos pelas vias naturais na rede pública e privada sofreram violência obstétrica no Brasil, de acordo com uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, onde ficam evidentes os maus tratos em diversos relatos que além de marcas pelo corpo, deixam feridas abertas no psicológico dessas mães.

Algumas vezes, até mesmo escutam comentários de que caso seja uma mulher jovem “na hora de fazer devia estar bom e agora devia aguentar” ou se já não é mãe de primeira viagem “deveria já ter acostumado”, sendo motivo de chacota por aqueles que deveriam dar o respaldo, que ao invés disso, se divertem com o desespero e dor alheia.

O desconhecimento de que isso também é um crime, muitas mães não buscam um auxilio, afinal, sofreram uma grande violência e não sabem que isso tem uma consequência para esses profissionais.

Ainda não há uma lei brasileira em que tipifique o crime, em que defina a exatidão da violência obstétrica, e que proteja legalmente contra o fato violento existente nesses casos, mas que deve ser procurada pela mulher que possivelmente tenha sofrido essa violência no período perinatal.

A possibilidade por hora para quem teve o seu direito desrespeitado durante o trabalho de parto, deverá reclamar junto à ouvidoria dos serviços de saúde, deixando registrado administrativamente e também poderá recorrer ao Poder Judiciário, por meio de um advogado para um pleito judicial dos fatos.

Embora no Brasil o crime não seja tipificado, o Ministério Público instaurou inquéritos públicos que investigam as práticas nos hospitais e maternidades (que embora a prática é mais comum em partos naturais é possível em cesáreas), não sendo os agressores (por enquanto) criminalizados, mas sujeitos a penas indenizatórias, podendo ser de danos morais e até danos materiais.

Deste modo, caso você tenha sofrido esse tipo de violência ou conhece alguém que sofreu isso, denuncie, já que são nossas ações coercitivas como cidadã que melhoram a qualidade dos serviços públicos.

Para isso, basta procurar a Defensoria Pública do município com cópia do prontuário médico (trata-se do documento que registra todos os procedimentos pelos quais o paciente foi submetido), e qualquer paciente que tenha passado por um procedimento tem o direito de solicitar esta documentação no setor administrativo da instituição. O único custo que pode ser cobrado é o de cópia das folhas.

Alice Cazzuni Defant
Bel. em Direito

*Curtas

Logística como prioridade para produção

A concentração de investimentos em logística é uma condição básica para a retomada do crescimento do país e de Mato Grosso e, também, para a consolidação de uma economia forte. Esta é a visão do deputado federal Rogério Silva (PMDB), que defende a adoção da logística de transporte como prioridade pelos governos federal e estadual. Rogério participou recentemente do seminário “Futuro da Logística em Mato Grosso”, que teve o objetivo de debater os problemas do Estado em relação aos transportes. “Uma região produtora precisa ter uma logística de transporte condizente para ter competitividade e impulsionar o crescimento econômico”, disse. O deputado cita como exemplo a região do Chapadão do Rio Verde, em Tangará da Serra, que sofreu prejuízos de R\$ 15 milhões na última safra em razão da precariedade das estradas, como o trecho da MT-358, que liga a região ao entroncamento com a BR-364, na localidade de Itanorte. “Os prejuízos foram contabilizados por produtores e transportadores, que não conseguiam sair com os caminhões carregados das fazendas por conta de atoleiros na estrada, ficando duas ou três semanas parados”.



Multimodalidade

Rogério diz, ainda, que os governos estadual e federal precisam agir com urgência e providenciar a pavimentação da MT-358, desde Itanorte, até Nova Lacerda, de onde a produção pode ser escoada para Porto Velho ou Cáceres. O parlamentar defende a interligação dos modais de transporte, aproximando as rodovias de hidrovias e ferrovias.

Produção x prejuízos

As estradas ruins, especialmente a MT-358, resultaram em R\$ 15 milhões de prejuízos aos produtores rurais da região do Chapadão do Rio Verde somente nesta safra. As perdas foram ocasionadas por atoleiros, necessidades de reparos emergenciais por conta própria e atrasos na saída das carretas para escoamento.

E mais

De acordo com a Associação dos Produtores da localidade, os caminhoneiros também amargaram grandes prejuízos. O trecho não pavimentado da MT-358 tem pouco mais de 190 quilômetros. Neste trajeto residem cerca de 500 famílias que produzem um total de 470 mil toneladas de produtos agrícolas.

Patrulha Mecanizada

O Executivo Municipal e o Deputado Saturnino Masson entregaram neste final de semana mais uma Patrulha Mecanizada, adquirida com recursos provenientes de uma emenda parlamentar de Saturnino. A patrulha foi destinada à Associação Central das Associações da Agrovila 26, no Assentamento Antonio Conselheiro.

*Bastidores da Política

Quer voltar

Não satisfeito com a decisão da ministra Carmem Lúcia, que indeferiu mandado de segurança do deputado Valtenir Pereira (PSB), para retomar o mandato de 120 dias assumido pelo vereador licenciado de Tangará, Rogério Silva (PMDB), Valtenir voltou novamente à carga. Entrou, no dia 3 deste mês com agravo regimental no STF.

Briga

A ministra, na decisão, considerou que a questão era de foro interno da Câmara dos Deputados, portanto, sem interferência do Poder Judiciário. O interessante dessa briga é que Rogério Silva, então candidato pelo PROS, obteve 16 mil votos na eleição de 2014 e ajudou Valtenir a conquistar a última vaga para a Câmara Federal.

LDO 2018

O governador Pedro Taques sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018. O texto foi publicado no Diário Oficial e está disponível para download no site da Seplan-MT. Pelas projeções da equipe técnica, o Estado espera arrecadar R\$ 18,83 bilhões em 2018, o que representa um crescimento de 2,19% em relação a previsão deste ano de 2017.

LOA

A próxima peça orçamentária para o ano de 2018 é a Lei Orçamentária Anual (LOA), em que cada secretaria apresenta suas projeções de despesas e investimentos. A Seplan possui até o dia 30 de setembro para centralizar estas informações, tratá-las e encaminhar para análise dos deputados estaduais.

Pecuama

Publicamos na última terça-feira, 8, uma informação equivocada, sobre a reunião de assentados do Assentamento Pecuama com Pedro Taques. A informação correta é que o Governador do Estado irá receber esse grupo em seu gabinete, em Cuiabá. Na agenda de Taques, divulgada esta semana, mostra que o encontro ocorrerá no período da tarde.

Regularização

Nesta reunião os assentados discutirão a respeito da regularização fundiária dos pequenos produtores. A discussão irá reunir autoridades locais do assentamento e da região, sendo o assunto uma reivindicação bastante antiga dos moradores locais, principalmente para os que sobrevivem da agricultura.

Títulos

Ainda se tratando do tema, o Governo do Estado entregou esta semana títulos de regularização fundiária urbana e rural para as cidades de Nova Ubiratã e Chapada dos Guimarães, respectivamente. Só em Chapada dos Guimarães foram 40, dos total de 252 títulos a serem entregues. Já Nova Ubiratã será beneficiada com 144 títulos urbanos.

Meta-90mil

A meta do Governo de Mato Grosso é entregar 90 mil títulos urbanos e 12 mil títulos para assentamentos, até o final de 2018. “A entrega desses títulos significa o registro de que ninguém pode tomar o que é dessas famílias daqui para frente”, pontuou Taques, lembrando ainda que R\$ 32 milhões do Fethab serão destinados para esta fim.

Saturnino acompanha lançamento de programa para agricultura familiar

Além da entrega de títulos de regularização fundiária urbana e rural para as cidades de Nova Ubiratã e Chapada dos Guimarães, o Governo do Estado promoveu também o lançamento do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis, assim como foi assinado Termo de Cooperação Técnica que irá beneficiar nove municípios, 55 assentamentos com aproximadamente 400 famílias e com isso regularizar 250 mil hectares de terras no Estado. Ao falar no evento o deputado Saturnino Masson ressaltou a importância destas regularizações fundiárias. “Está começando uma nova etapa no Mato Grosso e uma nova vida para as pessoas que necessitam destes documentos para desenvolverem suas atividades. (...) Parabéns governador Pedro Taques pelo esforço empreendido”.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, (Bairro do Bugre), Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Thiago L. Machado

Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br